

Mediação filológica, sociabilidade letrada e circulação do saber: edição e estudo da correspondência entre José Calasans e Epifânio Dória¹

Philological mediation, learned sociability, and the circulation of knowledge: edition and study of the correspondence between José Calasans and Epifânio Dória

Mediación filológica, sociabilidad letrada y circulación del saber: edición y estudio de la correspondencia entre José Calasans y Epifânio Dória

Renata Ferreira Costa
<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Briza Aguiar Soares
<https://orcid.org/0009-0001-2493-7004>
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Resumo

Neste artigo, apresentamos a edição semidiplomática e o estudo crítico da correspondência entre José Calasans (1915-2001) e Epifânio Dória (1884-1976) preservada no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Ancorado na tradição da Filologia Textual, articulamos a edição semidiplomática à análise

¹ Este artigo é resultado de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), mediante concessão de bolsa de pesquisa.

interpretativa das cartas, dialogando com a noção de campo intelectual formulada por Pierre Bourdieu (1996) e com a ideia de República das Letras desenvolvida por Dena Goodman (1996). A correspondência é examinada como espaço de sociabilidade letrada e dispositivo de circulação, acumulação e conversão de capitais simbólicos no interior do campo historiográfico sergipano do século XX. Ao evidenciar as marcas materiais do texto, as estratégias discursivas e os circuitos de legitimação implicados na troca epistolar, demonstramos que a mediação filológica não apenas viabiliza o acesso à documentação, mas constitui etapa decisiva para compreender a dinâmica relacional da autoridade historiográfica. A análise revela que Dória consolidou capital institucional e documental ao atuar como mediador entre arquivo, instituição e rede epistolar, enquanto Calasans mobilizou capital científico de circulação nacional sem romper seus vínculos com o campo regional. A correspondência confirma, assim, o papel do IHGSE como microespaço de legitimação intelectual e evidencia a edição como operação crítica indispensável à história intelectual.

Palavras-chave: correspondência, edição semidiplomática, sociabilidade epistolar.

Abstract

This article presents the semi-diplomatic edition and critical study of the correspondence between José Calasans (1915–2001) and Epifânio Dória (1884–1976) preserved in the collection of the Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Grounded in the tradition of Textual Philology, we articulate the semi-diplomatic edition with the interpretative analysis of the letters, engaging in dialogue with Pierre Bourdieu's (1996) notion of the intellectual field and Dena Goodman's (1996) concept of the Republic of Letters. The correspondence is examined as a space of learned sociability and as a mechanism for the circulation, accumulation, and conversion of symbolic capital within the Sergipe historiographical field of the twentieth century. By highlighting the material traces of the text, the discursive strategies, and the circuits of legitimation involved in the epistolary exchange, we demonstrate that philological mediation not only enables access to the documentation but also constitutes a decisive step toward understanding the relational dynamics of historiographical authority. The analysis reveals that Dória consolidated institutional and documentary capital by acting as a mediator between archive, institution, and epistolary network, while Calasans mobilized nationally circulating scientific capital without severing his ties to the regional field. The correspondence thus confirms the role of the IHGSE as a micro-space of intellectual legitimation and underscores editing as a critical operation indispensable to intellectual history.

Keywords: correspondence, semi-diplomatic edition, epistolary sociability.

Resumen

En este artículo, presentamos la edición semidiplomática y el estudio crítico de la correspondencia entre José Calasans (1915–2001) y Epifânio Dória (1884–1976) conservada en el acervo del Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Anclado en la tradición de la Filología Textual, articulamos la edición semidiplomática con el análisis interpretativo de las cartas, en diálogo con la noción de campo intelectual formulada por Pierre Bourdieu (1996) y con la idea de República de las Letras desarrollada por Dena Goodman (1996). La correspondencia se examina como espacio de sociabilidad letrada y como dispositivo de circulación, acumulación y conversión de capitales simbólicos dentro del campo historiográfico sergipano del siglo XX. Al evidenciar las marcas materiales del texto, las estrategias discursivas y los circuitos de legitimación implicados en el intercambio epistolar, demostramos que la mediación filológica no solo posibilita el acceso a la documentación, sino que constituye una etapa decisiva para comprender la dinámica relacional de la autoridad historiográfica. El análisis revela que Dória consolidó capital institucional y documental al actuar como mediador entre archivo, institución y red epistolar, mientras que Calasans movilizó capital científico de circulación nacional sin romper sus vínculos con el campo

regional. La correspondencia confirma, así, el papel del IHGSE como microespacio de legitimación intelectual y pone de relieve la edición como operación crítica indispensable para la historia intelectual.

Palabras clave: correspondencia, edición semidiplomática, sociabilidad epistolar.

1 Introdução

A carta, enquanto objeto material e prática discursiva, constitui fonte fundamental para a compreensão das formas de sociabilidade intelectual e dos mecanismos de circulação do saber. Mais do que veículo de informação, ela estrutura relações, organiza redes e produz reconhecimento entre interlocutores. Desde a tradição histórica da chamada República das Letras até os estudos contemporâneos sobre sociabilidade letrada, a correspondência entre intelectuais tem sido compreendida como dispositivo ativo de circulação do saber, negociação simbólica e legitimação recíproca. As cartas não apenas registram vínculos, elas os constroem e os tornam operativos no interior de comunidades de saber.

Do ponto de vista historiográfico, tais práticas podem ser analisadas à luz da noção de campo intelectual formulada por Bourdieu (1996), segundo a qual agentes ocupam posições diferenciadas conforme o volume e a estrutura dos capitais que detêm, permanentemente negociados e convertidos. A correspondência integra essa dinâmica como espaço privilegiado de acumulação e reconhecimento de capitais simbólicos. Em diálogo com a ideia de República das Letras desenvolvida por Goodman (1996), compreende-se a troca epistolar como prática que articula interlocução, circulação e pertencimento a uma comunidade letrada mais ampla.

Neste artigo, considera-se a constituição crítica do texto como fundamento para a inteligibilidade dessas práticas. A carta, enquanto documento manuscrito, carrega marcas gráficas, escolhas linguísticas, fórmulas de tratamento, rasuras e convenções que participam da construção do sentido. Neste caso, de acordo com Spina (1994) e Cambraia (2005), editar não é somente reproduzir mecanicamente uma matriz textual, mas interpretar, estabelecer critérios, explicitar as condições de transmissão e preservar traços materiais que

testemunham tanto singularidades autorais quanto determinações institucionais. A edição semidiplomática constitui, então, gesto crítico e prática de curadoria textual, uma vez que restitui ao documento sua historicidade e torna visíveis as dimensões que fundamentam a análise posterior.

Nesse contexto, a correspondência entre os intelectuais sergipanos José Calasans e Epifânio Dória, preservada no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), oferece um corpus particularmente expressivo para observar, em escala regional, as engrenagens concretas de produção e legitimação do saber histórico no século XX. Ao longo de mais de dezesseis anos de intercâmbio, as cartas registram solicitações bibliográficas, envio de documentos, discussão de projetos e articulações institucionais que configuram uma rede ativa de cooperação intelectual. Mais do que troca de notícias, a interação epistolar constituiu um circuito de favores e mediações documentais que participou diretamente da construção das trajetórias de ambos, evidenciando como a sociabilidade letrada opera como mecanismo efetivo de circulação e reconhecimento no interior do campo historiográfico.

Este artigo apresenta a edição semidiplomática dessas cartas e propõe sua análise como prática de mediação filológica e dispositivo de circulação do saber. A investigação articula três níveis complementares. O primeiro situa as trajetórias de Dória e Calasans no processo de institucionalização da historiografia sergipana, destacando o papel do IHGSE como microespaço de legitimação intelectual. O segundo explicita os critérios editoriais adotados, compreendendo a edição como operação crítica que torna visíveis as condições materiais e discursivas da transmissão textual. O terceiro mobiliza a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2020), na modalidade temática, para identificar núcleos recorrentes que revelam a correspondência como espaço de ação simbólica.

Ao conjugar Filologia, Epistolografia e História Intelectual, o estudo demonstra que a autoridade de Epifânio Dória consolidou-se sobretudo por sua centralidade institucional e documental, atuando como mediador do conhecimento local, enquanto José Calasans mobilizou capital científico de circulação nacional sem romper seus vínculos com o campo regional. A correspondência entre ambos emerge, assim, como dispositivo ativo de

sociabilidade letrada e reconfiguração de posições no interior da historiografia sergipana, cuja compreensão baseou-se na mediação filológica.

2 Epitânio Dória e José Calasans: trajetórias intelectuais e posições no campo historiográfico sergipano

O estudo da correspondência de José Calasans (1915-2001) a Epifânio Dória (1884-1976) exige situar ambos no interior do processo de institucionalização da historiografia regional no Brasil do século XX, especialmente no contexto de consolidação dos institutos históricos como espaços de organização da memória, produção intelectual e legitimação simbólica.

As cartas aqui analisadas já foram objeto de investigação anterior (Costa; Sá; Barbosa, 2020), que, sob perspectiva pragmático-discursiva, examinou as rotinas verbais e os movimentos interacionais das missivas trocadas entre os dois intelectuais. O presente artigo retoma esse corpus como estratégia de análise relacional das posições ocupadas por ambos no campo intelectual sergipano, à luz da noção de campo de Pierre Bourdieu (1996) e das dinâmicas de circulação e conversão de capitais simbólicos. Essa leitura também dialoga com análises sobre grupos de intelectuais em Sergipe, que apontam como esses agentes utilizavam redes, instituições e correspondência para legitimar sua autoridade cultural (Souza, 2001; Oliveira, 2014).

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu em 07 de abril de 1884, em Campos, atual cidade sergipana de Tobias Barreto, e faleceu na capital Aracaju, em junho de 1976. Apesar de sua erudição, não teve formação superior, frequentando somente “algumas escolas e professores particulares. O suficiente para concluir apenas o curso primário e ser alfabetizado”, como aponta Campello (2012, p. 8). Ainda que tenha exercido a atividade de comerciante, destacou-se na vida pública por sua produção intelectual e por sua atuação como diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, instituição que hoje leva o seu nome, e

como presidente do IHGSE, deixando como legado a preservação e a divulgação da cultura e da memória histórica sergipanas.

A historiografia recente tem aprofundado significativamente a compreensão do papel de Dória na formação do campo historiográfico sergipano. Nos estudos de Campello (2011; 2012; 2015; 2016) evidencia-se que sua atuação ultrapassou a dimensão autoral, inscrevendo-se sobretudo na esfera da construção das bases materiais da escrita histórica em Sergipe. Campello (2012; 2016) demonstra que Dória não apenas participou do IHGSE, mas foi um de seus principais articuladores, exercendo funções administrativas, organizando coleções documentais e estruturando práticas de preservação que garantiram a continuidade da memória institucional. Nesse sentido, a autora afirma que:

O mapeamento da rede de sociabilidade de Epifânio Dória, através de sua correspondência (cartas, telegramas, cartões-postais, etc.), é possível e pode apresentar resultados interessantíssimos. Um desses resultados é a percepção da busca pela construção do capital simbólico do titular do arquivo e de outros intelectuais dessa época. (Campello, 2016, p. 293).

Essa observação é reforçada por Santos e Silva (2014), que situam Dória no período denominado República das Letras em Sergipe (1889-1930), momento de efervescência institucional e cultural que marcou o campo intelectual local. Segundo os autores (Santos; Silva, 2014, p. 167), sua trajetória foi marcada pela atuação “no seio da Intelligentsia Sergipana” como protagonista da vida cultural do estado. Sirinelli (2003) também observa que intelectuais regionalmente engajados construíram autoridade e legitimidade por meio de redes e instituições, reforçando o caráter coletivo do saber produzido.

Elemento decisivo para compreender sua autoridade reside no fato de que Dória, autodidata, legitimou-se intelectualmente não por títulos acadêmicos, mas pela inserção em instituições culturais e pela intensa atuação arquivística e biblioteconômica. Conforme salientam Santos e Silva (2014), sua formação deu-se no interior das próprias instituições e dos livros, sendo a Biblioteca Pública do Estado espaço fundamental de sociabilidade e acumulação de capital cultural. Sua autoridade, portanto, foi resultado de um processo

relacional de construção de redes, organização do saber e exercício contínuo de funções estratégicas.

Em estudo sobre seu arquivo, Campello (2016) demonstra que a organização documental promovida por Dória não foi neutra. Ao classificar, selecionar e preservar determinados conjuntos documentais, intervinha na própria configuração da memória histórica sergipana. O arquivo, nesse sentido, longe de ser repositório passivo, configura-se como instância de poder simbólico, orientada por critérios históricos, políticos e valorativos. A centralidade de Dória deriva, assim, não apenas da produção escrita, mas da posição que ocupa como mediador entre documento e história, entre memória e narrativa, condição igualmente ressaltada por Santos e Silva (2014), ao enfatizarem sua atuação simultânea no IHGSE, na Biblioteca Pública e em diversas agremiações culturais.

As cartas enviadas por Dória a Casalans, analisadas por Costa, Sá e Barbosa (2020), confirmam empiricamente essa centralidade institucional. Os autores observam que, à exceção de uma carta redigida no Rio de Janeiro, “as demais, supõe-se serem provenientes de Aracaju, algumas escritas de sua sala no IHGSE” (Costa; Sá; Barbosa, 2020, p. 160). O dado revela a imbricação entre sujeito e instituição: ao escrever do espaço do Instituto, Dória performatiza sua posição de guardião e mediador documental.

O estudo anterior explicita ainda a dependência documental que estruturava parte da relação epistolar: “a forma mais fácil de Calasans ter acesso a informações, documentos e publicações sobre Sergipe era pedindo o seu envio ao amigo correspondente” (Costa; Sá; Barbosa, 2020, p. 155). Conforme Burke (2003) e Goodman (1996), essas práticas revelam como o conhecimento circulava de forma relacional, mediada por instituições, redes de correspondência e trocas de capital simbólico. Essa constatação reforça a ideia de que Dória concentrava capital documental estratégico, funcionando como eixo de circulação de fontes e impressos.

Entretanto, sua posição não se restringia à guarda de documentos. A dinâmica epistolar revela igualmente sua atuação como produtor de conhecimento, que mobilizava a rede de

correspondentes para subsidiar pesquisas, esclarecer dúvidas historiográficas e reunir material para elaboração de textos próprios. Como observa Campello (2016, p. 293):

Através da leitura dessas cartas escritas por Dória solicitando informações biográficas sobre determinada pessoa, pedindo esclarecimento de uma dúvida ou envio de material importante para pesquisa em desenvolvimento, percebemos que este tinha um arquivo exclusivo, cuja chamada era o nome das pessoas com quem se correspondia.

A circulação, portanto, era bidirecional: Dória fornecia documentos, mas também demandava dados, acionava interlocutores e estruturava seu arquivo a partir dessas trocas, convertendo sociabilidade em capital intelectual. Burke (2003) argumenta que tais interações configuram redes de conhecimento dinâmicas, nas quais os agentes intelectuais não apenas recebem e transmitem informação, mas também criam mecanismos de validação, preservação e ampliação do saber, aproximando-se do conceito de “comunidade epistolar” discutido por Goodman (1996).

José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju, em 14 de julho de 1915, e faleceu na cidade de Salvador, em 28 de maio de 2001. Graduado em Direito na Bahia, sua trajetória intelectual não se restringiu ao campo jurídico, voltando-se de maneira decisiva ao magistério e à investigação histórica, com especial atenção à cultura sergipana e aos estudos do folclore.

Sua produção ultrapassou os limites estaduais. Como observa Nunes (2007, p. 87), sua contribuição à historiografia baiana inclui obras como “‘A Revolução de 1930 na Bahia’, ‘Bahia, primeira capital do Brasil’ e os trabalhos sobre Antônio Conselheiro, de repercussão nacional”. No plano institucional, conforme registra Dantas (2016, p. 21), exerceu a presidência do IHGSE entre 1945 e 1947, fase considerada particularmente fecunda “para a cultura sergipana e para sua realização profissional”.

Posteriormente, transferiu-se para Salvador, onde, a partir de 1963, passou a atuar como docente de História Moderna e Contemporânea e de Folclore na Universidade Federal

da Bahia, instituição na qual também ocupou os cargos de diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e de vice-reitor.

O livro *José Calasans e Sergipe* (2016), organizado por Samuel Albuquerque, amplia essa caracterização ao reunir estudos que exploram sua inserção multifacetada no cenário intelectual sergipano, abordando sua relação com o IHGSE, sua interlocução com outros pioneiros da historiografia estadual e sua contribuição para a consolidação dos estudos históricos em Sergipe. A coletânea demonstra que sua atuação não se restringiu ao eixo de Canudos, alcançando igualmente a história regional, a cultura popular e o patrimônio.

Os ensaios reunidos na obra demonstram ainda sua participação em políticas culturais e patrimoniais, inclusive no âmbito das ações vinculadas ao antigo SPHAN/IPHAN, o que reforça sua inserção institucional para além do campo estritamente acadêmico. Tal aspecto é decisivo para compreender que, embora possuísse projeção científica nacional, Calasans manteve vínculos orgânicos com o campo intelectual sergipano, atuando como mediador entre a produção historiográfica de maior alcance e as instituições culturais locais.

Essa dimensão relacional é explicitada por Oliva (2016, p. 15-16), ao afirmar que “Calasans foi um grande articulador de relações. Sua rede de sociabilidades ultrapassava Sergipe e Bahia, [...] constituindo um capital simbólico que manteve suas ligações e o seu prestígio”. Sua autoridade, assim, decorre tanto da produção historiográfica quanto da capacidade de ativar redes letradas que ampliaram o alcance de seu capital científico.

A análise de sua atuação em Sergipe e Bahia evidencia como tais vínculos constituíram uma rede de interlocução capaz de sustentar sua projeção intelectual. Como observa Costa (2012, p. 125), “em meio às críticas e elogios, Calasans ia construindo uma rede de socialidade que permitiu acesso a espaços e postos significativos tanto em Sergipe como na Bahia”.

No caso de Epifânio Dória, contata-se que também manteve vasta correspondência com interlocutores diversos, o que evidencia que sua inserção no campo intelectual não se limitava à dimensão administrativa ou arquivística. Como afirma Campello (2016, p. 294), “o arquivo apresenta correspondências volumosas com centenas de amigos(as) de diversos lugares do país e com profissões bem diversificadas”. A troca epistolar constituiu parte

estruturante de sua atuação intelectual, funcionando como mecanismo de circulação de informações, documentos, livros e reconhecimentos simbólicos. Com José Calasans, o intercâmbio prolongou-se por mais de dezesseis anos (Costa; Sá; Barbosa, 2020), revelando uma relação estável e estrategicamente produtiva. Sua correspondência íntegra, portanto, as práticas que consolidaram sua autoridade no campo sergipano, demonstrando que a legitimidade também se constrói pela duração e densidade das redes de interlocução.

Embora Calasans também tenha ocupado posição relevante no IHGSE e mantido vínculos consistentes com instituições culturais locais, sua autoridade consolidou-se sobretudo pela amplitude temática e geográfica de sua produção historiográfica. Diferentemente de Dória, cuja legitimidade se estruturou em torno da centralidade institucional e da organização das bases documentais, Calasans construiu capital científico de circulação mais ampla, articulando o campo regional a debates de alcance nacional.

Essa diferenciação não implica hierarquia rígida, mas expressa a estrutura relacional do campo intelectual. Trata-se de uma distribuição diferenciada de capitais simbólicos, historicamente construída e continuamente negociada. Santos e Silva (2014) evidenciam a inserção de Dória na República das Letras sergipana e sua legitimação no interior da *Intelligentsia* local, consolidando capital institucional e documental. Em contrapartida, Calasans mobilizava capital científico e patrimonial de maior projeção, sem romper seus vínculos com as instituições culturais sergipanas.

É nesse ponto que o enquadramento da República das Letras e do campo intelectual se torna produtivo. Conforme Goodman (1996), a República das Letras configurou-se como comunidade de eruditos fundada na troca epistolar, na circulação de textos e na legitimação recíproca entre pares. No caso sergipano, como indicam Santos e Silva (2014), essa lógica estruturou o campo intelectual local nas primeiras décadas do século XX.

A noção de campo intelectual formulada por Bourdieu (1996) permite aprofundar essa leitura ao compreender a correspondência como espaço de circulação, acumulação e conversão de capitais simbólicos. No interior do campo, agentes ocupam posições diferenciadas conforme o volume e a estrutura dos capitais que detêm: científico, institucional, social ou

cultural. Dória concentrava capital documental e institucional; Calasans mobilizava capital científico e patrimonial. A correspondência, contudo, não apenas refletia essas posições; constituía um dispositivo ativo de produção, negociação e reconfiguração dessas mesmas posições no campo intelectual sergipano.

3. Edição semidiplomática como mediação filológica das cartas de Calasans a Dória

A edição das cartas de José Calasans a Epifânio Dória inscreve-se no campo da Filologia Textual, compreendida não apenas como ciência auxiliar da História e de outras ciências, mas como prática epistemológica capaz de interrogar as condições materiais, históricas e discursivas de produção, circulação e recepção dos textos escritos. Como argumenta Spina (1994), a tarefa filológica ultrapassa a mera fixação de uma lição textual, exigindo exame crítico da tradição, dos testemunhos e do contexto histórico que constituem o documento. O texto é um objeto histórico situado, cuja materialidade condiciona modos de leitura e regimes de sentido, perspectiva em diálogo com a História Cultural da Escrita formulada por Chartier (2002; 2017).

Nesse horizonte, editar significa intervir conscientemente na cadeia de transmissão textual, tornando explícitos critérios, escolhas e hierarquias documentais. A edição não é etapa preliminar da análise, mas ato interpretativo em si. Ao decidir preservar grafias, registrar rasuras e emendas ou expandir abreviaturas, o editor se posiciona diante do documento e da tradição em que ele se inscreve. Esse cuidado torna-se ainda mais relevante no caso da carta, gênero que preserva marcas do pensamento em movimento: hesitações, reformulações, cortes e acréscimos. Trata-se de texto processual, anterior à estabilização autoral que caracteriza a obra publicada, cujo sentido emerge também da forma gráfica, do suporte e das marcas físicas da escrita (Gumbrecht, 2021).

A Crítica Textual, um domínio da Filologia, compreende, conforme Cambraia (2005), diversas modalidades editoriais, definidas segundo objetivos e público. Entre essas

modalidades, a edição semidiplomática ocupa posição intermediária: preserva características linguísticas e gráficas do testemunho, mas introduz intervenções mínimas, justificadas e assinaladas, garantindo inteligibilidade sem comprometer a fidelidade ao documento. Não se trata de reprodução fac-similar nem de modernização normalizadora; mantêm-se grafias de época, uso de maiúsculas e minúsculas, disposição gráfica e expandem-se as abreviaturas, sempre com critérios explicitados.

A preservação da materialidade textual é, portanto, decisão epistemológica. Ortografia, pontuação, disposição gráfica e características do suporte integram o campo semântico do documento, e sua modernização indiscriminada produziria falsa transparência, apagando marcas de historicidade. Em correspondências, essas marcas participam da construção de autoridade, intimidade e hierarquia entre interlocutores.

Perspectivas contemporâneas ampliam essa concepção, entendendo a edição como prática de curadoria textual. Ferreira (2016) propõe que o editor atua como curador de um patrimônio escrito: seleciona, organiza, contextualiza e estabelece parâmetros de apresentação que condicionam decisivamente a leitura futura do documento. Essa visão converge com a reflexão de Gumbrecht (2021) e Pizarro (2012), para quem a edição não apenas transmite, mas reinscreve o texto em novos regimes de circulação, determinando sua “vida póstuma” e definindo a mediação entre arquivo e leitor.

A dimensão interpretativa da edição exige responsabilidade crítica. A transparência metodológica, explicitando critérios e intervenções, permite ao leitor distinguir o testemunho documental da lição editorial (Castro, 1995). Nesse sentido, as normas adotadas nesta edição baseiam-se nas *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos* do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB, 2020), garantindo rigor metodológico e padronização científica.

Do ponto de vista da preservação, a edição cumpre dupla função: salvaguarda e difusão. Cambraia (2005) ressalta que editar é também garantir transmissão. Ao converter o manuscrito em texto editado, reduz-se a manipulação do original e amplia-se o acesso público. No caso das cartas de Calasans, a edição semidiplomática não apenas preserva a materialidade

do documento, mas o reinscreve no circuito contemporâneo da pesquisa histórica, filológica, linguística e cultural.

O corpus integral da pesquisa compreende 19 (dezenove) cartas manuscritas preservadas nos catálogos das correspondências do IHGSE e no Fundo José Calasans. Neste capítulo, apresenta-se amostragem de três missivas enviadas por Calasans a Epifânio Dória (1948, 1952 e 1964), selecionadas por representarem funções recorrentes da troca epistolar: circulação de livros e comentários sobre a cena intelectual; solicitação de esclarecimento biográfico para fins institucionais; demanda bibliográfica vinculada à pesquisa histórica.

A descrição arquivística detalhada (entidade de custódia, cota, suporte, tipologia, data, local, emissor, destinatário e síntese de conteúdo), seguida da indicação de responsabilidade editorial (editor e revisor), antecede a lição semidiplomática. Essa dupla apresentação evidencia a distância crítica entre documento e edição, expondo o gesto curatorial.

Carta 1 – Envio de publicação e comentários sobre a cena intelectual sergipana

Entidade de custódia: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Cota: IHGSE, A, a, Cx. 055, Doc. 7995

Suporte: Papel

Tipologia: Carta pessoal

Data de emissão: 05 de setembro de 1948

Local de emissão: Salvador, Bahia

Emissor: José Calasans Brandão da Silva

Destinatário: Epifânio Dória

Conteúdo: Calasans acusa o recebimento de correspondência anterior e agradece o envio de cópia de carta de outro interlocutor. Manifesta interesse pelo texto “A verdade sobre o caso de Sergipe”, que caracteriza como libelo contra a situação política local. Informa o envio de livro, apresenta referências a intelectuais sergipanos e comenta dificuldade de divulgação de artigo sobre Dom Jerônimo na grande imprensa.

Editor: José Douglas Felix de Sá

Revisor: Renata Ferreira Costa

5.9.48¹

Epifanio, bom amigo

Acuso sua correspondência de 25 de agosto em meu poder. | Obrigado pela copia da carta de
 Silvio. Não lembro “A ver- | dade sobre o caso de Sergipe” Gostaria de possuir o trabalho |
 5 principalmente porque se trata de um libelo contra | a situação politica do Padre e do velho
 Calasans. | Junto vai um livro do sergipano Evaristo da Fonseca, so- | brinho do Salomaõ da
 Rocha. Não sei se você já | teria tido noticias da existência do autor, que come- | çou sua
 atividade jornalística num jornal do | Manuel Nobre. O Evaristo, irmão do amigo que me |
 arranhou o retrato de Salomaõ, mora no Rio. Pa- | rece que escreveu outras coisas. || - Devo-lhe,
 10 de acôrdo com sua ordem, o sentido artigo | sobre Dom Jeronimo.
 Achei-o | poetico e lamento não me | ter sido possivel divulga-lo por aqui. Meu pres- | tigio na
 grande imprensa é nulo. Não somen- | te por sua causa, mas tombem pelo Padre | Vieira, de
 que gosto muito, teria tido grande | satisfação em divulgar suas letras. || - Recomende-me aos
 seus e nossos amigos | do Instituto. || Afetuoso abraço || do || Calasans.

15

¹ No canto superior do manuscrito, registram-se inscrições em outro punho: “Rec. 10/9/1948”, “Resp. 10/9/48” e “IHGSE, A, a, Cx 055, Doc 7995”. Apresenta-se ainda o carimbo: “CORREIO AÉREO”.

Carta 2 – Esclarecimento biográfico para fins institucionais

Entidade de custódia: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Cota: JC, S1, Cx. 060, Doc. 8047

Suporte: Papel

Tipologia: Carta pessoal

Data de emissão: 19 de dezembro de 1952

Local de emissão: Salvador, Bahia

Emissor: José Calasans Brandão da Silva

Destinatário: Epifânio Dória

Conteúdo: Calasans solicita a Epifânio esclarecimentos acerca da divergência na idade do Marechal Siqueira, a fim de fundamentar futuras ações do IHGSE em torno da memória do oficial.

Editor: José Douglas Felix de Sá

Revisor: Renata Ferreira Costa

Salvador, 19 de novembro de 1952¹

Meu caro Epifanio

Estive, ante-ontem, conversando com a viuva | do Marechal Siqueira, que mora no Hotel Meri-| dional. Dela ouvi que o centenário será em | 1953, porque nos assentamentos
5 militares do | velho soldado havia um engano quanto | ao ano de nascimento. Siqueira aumentava | idade para ingressar na tropa. Seria | bom que o assunto fosse devidamente | esclarecido. Não me parece justo que o | Instituto cometa uma gaffe, que iria | dar motivos a comentarios maliciosos.| Converse com os companheiros de Diretoria | e veja o que se deve resolver. || Aqui fica, sempre aguardando suas ordens, o amigo || Calasans.

10

¹ Abaixo desta linha, registram-se inscrições em outro punho: “IHGSE, A, a, Doc. 060, Doc. 8047” e “Rec. às 9h30 da noite de 22/11/52 | Resp. por telegrama | Mande carta com data de 23-11-52”

Carta 3 – Solicitação de exemplar bibliográfico

Entidade de custódia: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Cota: IHGSE, A, a, Cx. 075, Doc 9589

Suporte: Papel

Tipologia: Carta pessoal

Data de emissão: 27 de maio de 1964

Local de emissão: Salvador, Bahia

Emissor: José Calasans Brandão da Silva

Destinatário: Epifânio Dória

Conteúdo: Calasans solicita a Dória o envio de um exemplar da obra *História de Sergipe*, de Felisbello Freire. Oferece-se para pagar qualquer valor pelo livro e pede o envio do preço para remessa imediata da quantia. Menciona o centenário do Marechal Pereira Lobo e informa que o filho deste prepara um estudo comemorativo.

Editor: José Douglas Felix de Sá

Revisor: Renata Ferreira Costa

Meu caro Epifanio:¹

Quem empresta, não presta, | diz o adágio. Ora, meu velho ami-| go, sucede que eu tive a má | ideia de emprestar a ilustre | figura a História de Sergipe, | dae² Felisbello Freire. Perdi o li-| vro, que grande falta está me | fazendo agora. Como poderei ar-| ranjar outro? Pago
5 qualquer preço. | Haverá ainda algum exem-| plar disponível por aí? Em caso | afirmativo, mande-me por favor | um exemplar, com o respectivo pre-| ço que remeterei a importância | imediatamente. || Está lembrado do cente-| nário do Marechal Pereira Lobo, | em dezembro? O filho prepara | um estudo sôbre o velho. || Abraço do amigo || Calasans.

10 ¹ Na parte superior do manuscrito, registram-se inscrições em outro punho: “Rec. em 27-4-1964”, “IHGSE, A, a, Cx 075, Doc” e “9589”.

² O autor inicialmente escreveu “a” no lugar de “e”, mas riscou, corrigindo o erro.

As cartas encontram-se acondicionadas entre folhas de papel pautado branco, em grande parte almaço, com variações de suporte que evidenciam heterogeneidade do conjunto. Marcas de oxidação, desbotamento e perfurações nas margens superiores refletem condições históricas de arquivamento. A tinta escura original apresenta tonalidade acinzentada ou castanho escura, resultado da ação do tempo; identificam-se ainda intervenções posteriores, a lápis ou tinta ferrogálica, que geraram manchas e fragilização do suporte.

Papéis timbrados do “Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial da Bahia” e do “Gabinete do Presidente” indicam vínculos institucionais de Calasans, compondo a materialidade significativa do documento e situando-o em redes administrativas e intelectuais específicas. Essas marcas reforçam que a materialidade textual participa da construção de sentido.

A edição semidiplomática articulou preservação material, transparência metodológica e responsabilidade interpretativa. A prática editorial aqui apresentada evidencia que editar é interpretar: o editor atua como mediador entre documento, tradição e leitor, participando da construção da memória intelectual testemunhada pelas cartas. Os exemplos selecionados demonstram funções recorrentes da correspondência e destacam a relevância de critérios metodológicos rigorosos para a produção científica e historiográfica.

4. A correspondência como prática social: sociabilidade, mediação e circulação do conhecimento

A análise das três cartas enviadas por José Calasans a Epifânio Dória foi conduzida segundo a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2020), concebida como procedimento sistemático de organização, codificação e interpretação de material textual. Essa escolha metodológica atende à necessidade de controlar o percurso inferencial, evitando leituras impressionistas da correspondência, frequentemente tratada apenas como documento auxiliar da historiografia, sem que se explorem suas dimensões estruturais, relacionais e performativas.

Bardin (2020) delinea três etapas essenciais para a análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se uma leitura flutuante do corpus, composto pela edição semidiplomática das três cartas preservadas no acervo do IHGSE, visando à identificação de recorrências discursivas e à formulação de hipóteses interpretativas. Essa etapa revelou padrões de reconhecimento e estratégias de validação intelectual reiteradas sistematicamente.

A exploração do material envolveu a definição rigorosa de unidades de registro e a construção de categorias analíticas. Adotou-se como unidade de registro a dimensão temática, considerando segmentos que expressassem ações comunicativas estruturantes, como validação historiográfica, solicitação de envio bibliográfico, recomendações institucionais e manifestações de deferência e reconhecimento simbólico. As unidades semânticas completas (frases ou parágrafos) preservaram a integridade da intencionalidade discursiva, enquanto a unidade de contexto correspondeu à carta integral, garantindo interpretação à luz da totalidade documental.

O processo de categorização seguiu caráter híbrido: indutivo, a partir da recorrência empírica observada no corpus; e dedutivo, orientado por categorias provenientes da tradição teórica da epistolografia, da sociabilidade epistolar e das redes de intelectuais locais. A saturação foi considerada atingida quando novas leituras passaram a reiterar estruturas já identificadas, conforme critério metodológico indicado por Bardin (2020).

Essa abordagem metodológica foi precedida por uma etapa estruturante de natureza filológica. As cartas não foram tratadas como textos abstratos ou como transcrições neutras, mas como documentos historicamente situados. O exame do suporte, da organização arquivística e das marcas de circulação integrou o processo analítico. Em diálogo com a tradição filológica brasileira, especialmente as reflexões de Spina (1994) e Cambraia (2005), considerou-se que a historicidade do texto, isto é, suas condições de produção, circulação, transmissão e recepção, constitui dimensão indissociável de sua interpretação. Assim, a análise de conteúdo só se tornou metodologicamente legítima ao apoiar-se em texto rigorosamente editado e contextualizado histórica e institucionalmente.

A teoria da epistolografia compreende a carta como uma forma discursiva historicamente regulada por convenções de sociabilidade, articulando deferência, reconhecimento e reciprocidade. Nesse sentido, Harouche-Bouzinac (2016) argumenta que

a escrita epistolar exerce efeitos performativos de autoridade, enquanto Muhana (2000) destaca seu caráter de prática social situada, mediando trocas simbólicas e estratégias de pertencimento.

Estudos complementares, como os de Lage (2018) e Moraes e Gomes Neto (2015) indicam que a correspondência atua também como instrumento de articulação de capital intelectual, permitindo que agentes validem, consolidem e negociem autoridade dentro de redes de interlocutores. Pesquisas sobre redes de sociabilidade em Sergipe (Oliveira, 2014; Souza, 2001) evidenciam como essas práticas epistolares estruturam posições e consolidam a autoridade de elites intelectuais em contextos locais, revelando dinâmicas próprias de hierarquização, reciprocidade e prestígio simbólico dentro de campos intelectuais regionalmente situados.

Essa perspectiva ilumina as cartas de Calasans como dispositivos relacionais, nos quais se negociam validações, circulam saberes e se consolidam posições no interior da rede historiográfica regional. Assim, a carta deixa de ser mero veículo informativo para se constituir em lugar de ação simbólica.

A primeira categoria identificada refere-se à legitimação historiográfica, isto é, ao cuidado com a exatidão das informações históricas e com a circulação de fontes necessárias à escrita da história regional. Em uma das cartas, ao comentar o centenário do Marechal Siqueira, Calasans manifesta preocupação com a correção dos dados biográficos, advertindo que, segundo informação obtida junto à viúva do militar, havia um equívoco nos registros oficiais: “Dela ouvi que o centenário será em 1953, porque nos assentamentos militares do velho soldado havia um engano quanto ao ano de nascimento” (Carta 2, linhas 4-5). Em seguida, alerta para a necessidade de verificar a informação antes de qualquer celebração pública, afirmando: “Não me parece justo que o Instituto cometa uma gaffe, que iria dar motivos a comentarios maliciosos” (Carta 2, linhas 7-9). A preocupação revela não apenas o zelo com a precisão histórica, mas também a consciência de que a autoridade das instituições historiográficas depende da confiabilidade das informações que difundem.

A recorrência desse gesto revela um padrão discursivo de consulta legitimadora: o pedido de verificação ultrapassa a cautela metodológica e posiciona Dória como mediador institucional na validação das informações históricas. À luz de Bourdieu (1996), esse movimento indica o reconhecimento do capital específico detido por Dória — capital

documental e institucional — no interior do campo historiográfico regional. Mesmo que Calasans acumulasse capital científico mais amplo no cenário nacional, suas cartas revelam a dependência estratégica de um capital localizado. Não se trata de subordinação, mas de uma redistribuição funcional de competências no interior da estrutura do campo. A autoridade emerge, assim, como efeito relacional e não como propriedade individual.

Essa leitura reforça a ideia de que a produção historiográfica não é resultado exclusivo de um autor consagrado, mas produto de redes de validação, consulta e reconhecimento mútuo. A correspondência revela que a consagração se constrói também nos bastidores da troca epistolar, onde o capital simbólico é continuamente reafirmado.

A segunda categoria refere-se à mediação bibliográfica e à circulação material do conhecimento. A correspondência revela o papel desempenhado pelas redes de sociabilidade intelectual na obtenção e circulação de obras consideradas fundamentais para a escrita da história regional. Em uma das cartas, ao lamentar a perda de um exemplar da *História de Sergipe*, de Felisbelo Freire, Calasans explicita a importância da obra para suas pesquisas e recorre ao interlocutor em busca de auxílio: “Perdi o livro, que grande falta está me fazendo agora. Como poderei arranjar outro?” (Carta 3, linha 4). Em seguida, solicita diretamente a mediação de Dória para a obtenção de um novo exemplar: “mande-me por favor um exemplar, com o respectivo preço que remeterei a importância imediatamente” (Carta 3, linhas 6–7). O pedido explicita a centralidade da circulação de livros e documentos na sustentação das práticas historiográficas e indica que o acesso a essas fontes frequentemente dependia de vínculos pessoais e institucionais estabelecidos entre os membros do campo intelectual. Ao dirigir tal solicitação ao correspondente, Calasans reconhece em Dória um mediador da circulação editorial regional, capaz de viabilizar o acesso a obras nem sempre facilmente disponíveis. Conforme observa Muhana (2020), a correspondência intelectual frequentemente articula troca material e construção de vínculos institucionais, de modo que o envio de livros e documentos representa simultaneamente acesso a fontes e inserção em circuitos de reconhecimento e sociabilidade letrada.

A mediação exercida por Dória evidencia posição estratégica no campo regional: o controle do acesso a publicações e documentos constitui forma de capital simbólico que confere poder de legitimação.

A terceira categoria manifesta-se na esfera institucional, especialmente nas referências ao IHGSE como espaço de articulação da vida intelectual sergipana. Em uma das cartas, Calasans solicita que Dória leve determinada questão à apreciação da direção da instituição: “Converse com os companheiros de Diretoria e veja o que se deve resolver” (Carta 2, linhas 8-9). O pedido evidencia que as decisões relativas à memória histórica, como a celebração de centenários, eram tratadas no interior dessas instâncias colegiadas. Em outra passagem, o autor também reforça os vínculos de sociabilidade associados ao Instituto ao pedir que seu interlocutor transmita cumprimentos aos demais membros: “Recomende-me aos seus e nossos amigos do Instituto” (Carta 1, linhas 13-14). Esses trechos revelam que o Instituto funcionava como espaço de legitimação intelectual e de articulação das iniciativas relacionadas à memória histórica regional.

O intercâmbio epistolar entre Calasans e Dória evidencia que a autoridade se constrói relacionalmente, que a instituição funciona como instância de consagração e que a correspondência opera como espaço intermediário entre elaboração privada e legitimação pública.

A autoridade de Epifânio Dória configura-se na intersecção entre arquivo, instituição e rede epistolar. Sua centralidade não se reduz à produção autoral, mas resulta da posição estratégica que ocupada na estrutura do campo regional. As cartas de José Calasans materializam, em escala local, as engrenagens sociais da produção intelectual. A epistolografia, nesse contexto, afirma-se como chave interpretativa para compreender a dinâmica social da historiografia brasileira.

Se, por um lado, Calasans mobiliza capital científico de circulação nacional, é na interlocução com Dória que se evidencia a dinâmica concreta das sociabilidades intelectuais regionais, nas quais a mediação documental e institucional se converte em poder simbólico. A correspondência revela práticas alinhadas ao modelo da República das Letras, adaptado ao contexto brasileiro do século XX: consulta entre intelectuais, circulação de impressos, mediação institucional e reconhecimento mútuo. O IHGSE funciona, nesse cenário, como microespaço de uma comunidade letrada regional, na qual a correspondência permanece instrumento fundamental de articulação, legitimação e circulação do saber.

5 Considerações finais

A análise epistolar empreendida permitiu compreender, pelo menos no caso aqui estudado, a historiografia sergipana do século XX não como resultado de trajetórias isoladas, mas como produto de redes de sociabilidade, instituições e práticas de legitimação recíproca. As cartas evidenciam que a autoridade intelectual se constrói relacionalmente, no interior de um campo estruturado por diferentes formas de capital simbólico.

Epifânio Dória destacou-se pela concentração de capital institucional e documental, derivado de sua atuação estratégica no IHGSE e na organização do um arquivo histórico regional. Sua posição como mediador entre documento e história conferiu-lhe poder de legitimação e consagração no âmbito local. José Calasans, por sua vez, mobilizou capital científico e patrimonial de alcance mais amplo, articulando a historiografia regional a debates nacionais e ampliando a circulação do saber produzido em Sergipe.

A edição semidiplomática das cartas revelou-se etapa metodológica decisiva. Ao preservar marcas gráficas, intervenções e elementos materiais do suporte, a prática editorial explicitou a historicidade do documento e evidenciou que editar é gesto interpretativo e curatorial. A análise de conteúdo, por sua vez, demonstrou que a correspondência opera como espaço de validação historiográfica, mediação bibliográfica e reconhecimento institucional, confirmando sua função estruturante no interior do campo intelectual.

Desse modo, o estudo contribui para a história da historiografia brasileira ao explicitar, em escala regional, os mecanismos sociais de produção do conhecimento histórico. A correspondência entre Dória e Calasans materializa, em microescala, a lógica da República das Letras adaptada ao Brasil do século XX: circulação de impressos, consulta entre pares, legitimação institucional e conversão de capitais simbólicos. O IHGSE emerge, nesse cenário, como microespaço de consagração, no qual arquivo, instituição e rede epistolar se articulam na construção da memória histórica sergipana.

Referências

- ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). *José Calasans e Sergipe*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS, 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Ed. rev. e atual. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BURKE, Peter. *Um História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Os guardados de Epifânio Dória: abordagem arquivística em arquivos pessoais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 1(41), 409-423, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18959/13774>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Epifânio Dória e o IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 42, p. 53 - 83, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12321/9288>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06112015-153452/pt-br.php>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O Arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2(46), 281–294, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12415>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. In: *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 511-520.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: Do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora UnB, 2017.
- COSTA, Renata Ferreira; SÁ, José Douglas Felix de; BARBOSA, Luiza Daviane. Análise pragmático-discursiva de cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 22, n. Esp., p. 145-166, 2020. Disponível em: https://revistas.usp.br/flp/pt_BR/article/view/165786/167245. Acesso em: 01 mar. 2025.
- COSTA, Silvânia Santana. José Calasans Brandão da Silva em Sergipe: redes de sociabilidade construídas e espaços ocupados. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 42, p. 121 - 141, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12321/9288>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- DANTAS, Ibarê. Calasans e o IHGSE. In: ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). *José Calasans e Sergipe*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS, 2016. p. 20-37.

- FERREIRA, Pedro Tiago. Filologia como curadoria: o caso Pessoa. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 231-262, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/110219/120237>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- GOODMAN, Dena. *The Republic of Letters: A Cultural History of the French Enlightenment*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Os poderes da Filologia: dinâmica de conhecimento textual*. Tradução Greicy Pinto Bellin e Claudia Regina Camargo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. Tradução Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- LAGE, Maria Otília Pereira. Redes Sociais e epistolografia: Correspondência entre Jorge de Sena e Mécia de Sena (Século XX). *Revista CEM - Cultura, Espaço e Memória*, n. 8, p. 295-312, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4677>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- MORAIS, Hélia Costa; GOMES NETO, João Maurício. Sociabilidades em Correspondências: a escrita epistolar como espaço de sociabilidade – o acervo de Raimundo Nonato. *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, v. 3, n. 04, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7649>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- MUHANA, Adma Fadul. O Gênero Epistolar: Diálogo per absentiam. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 31, p. 329–346, 2000. Disponível em: https://revistas.usp.br/discurso/pt_BR/article/view/38043/40769. Acesso em: 15 jan. 2026.
- NUNES, Maria Thetis. José Calasans. In: BARRETO, Luiz Aantônio (Org.). *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial; 2007. p. 86-88.
- OLIVA, Terezinha Alves de. José Calasans e Sergipe. In: ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). *José Calasans e Sergipe*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS, 2016. p. 11-18.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama. Percorrendo outras trilhas em busca de novos caminhos: estudos sobre grupos de intelectuais. *Anais do IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE*, Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014
- PHPB - Projeto Para a História do Português Brasileiro. *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos*. Última modificação por Afrânio Gonçalves Barbosa, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- PIZARRO, Jerónimo. *La mediación editorial: sobre la vida póstuma de lo escrito*. Iberoamericana Editorial Vervuert, 2012.
- SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves; SILVA, Denise Maria Melo. Traços Biográficos de Epifânio Dória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 44, 167-186, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/11948/9096>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- SOUZA, Cristiane Vitório de. *"A República das Letras" em Sergipe (1889-1930)*. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). 2. ed. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231–269.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.